



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003574-94.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Nilson Donizetti Bueno de Oliveira**
 Requerido: **TIM CELULAR S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

O autor alegou que mantinha linha telefônica pré-paga junto à ré e que em agosto/2013 recebeu contato dela para contratar um plano pós-pago, o que fez.

Alegou ainda que passado pouco tempo percebeu que tal alternativa não lhe era vantajosa, razão pela qual retornou à condição anterior (linha pré-paga), quitando a fatura ainda em aberto.

Salientou que posteriormente continuou sendo cobrado pela ré, de modo que almeja à declaração da nulidade do contrato firmado, com o reconhecimento de inexigibilidade de débito dele decorrente, e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que suportou.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES:**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade do débito em apreço.

Limitou-se em contestação a asseverar que não houve falha a seu cargo e que a dívida teria ligação com a segunda franquía depositada em favor do autor em 19 de novembro/2013, de sorte que a cobrança seria legítima em face do que foi disponibilizado a ele.

Todavia, não há comprovação segura a esse propósito.

As "telas" de fls. 16/17 foram confeccionadas unilateralmente e não demonstram por si sós que algum serviço concreto foi disponibilizado ao autor.

Não se pode olvidar que a ré não impugnou especificamente as alegações de que em 21 de novembro/2013 o autor solicitou – e conseguiu – a volta para a modalidade pré-paga de sua linha telefônica e que nessa ocasião lhe foi esclarecido que inexistia dívida pendente a ser saldada.

Tampouco se pronunciou sobre o protocolo aludido pelo autor a propósito desse contato.

Reunia condições técnicas para tanto, bastando que amealhasse a gravação da conversa então havida, mas como não o fez a explicação há de prosperar.

Reconhece-se em consequência a inexistência de dívida por parte do autor que legitimasse as cobranças que recebeu e muito menos a negativação estampada a fl. 39.

Por outro lado, reputo configurados os danos morais sofridos pelo autor passíveis de ressarcimento.

As insistentes cobranças levada a cabo pela ré, e que culminaram com a indevida negativação do autor, inegavelmente causaram nele abalo de vulto que foi muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana.

A ré ao menos na espécie vertente evidenciou não ter dispensado ao autor o tratamento que seria esperado e por isso haverá de arcar com as consequências de sua desídia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, atualizado desde a propositura da ação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**